

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
E NOTAS EXPLICATIVAS
2º trimestre 2018





Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística – DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2º Trimestre de 2018

PRESIDENTE

Edison Antonio Costa Britto Garcia

DIRETORA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA

Sidnei Cícero Cottet

COORDENADOR-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Antônio Bacelar Ferreira

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Omar Ney Nogueira Moraes

EQUIPE TÉCNICA

Aleida Vilalva Conde

Cristiani da Silva Botelho de Andrade

Edna Maria da Cruz Duarte de Almeida

Fernanda de Sousa Ferreira Mendonça

João Alberto Teixeira Diniz Júnior

Josbete Monsuethi Alves dos Santos

Juliana Faustino Veiga Neves

Keila Vieira Rabelo

Leonardo de Sousa Oliveira

Lissandra Holanda Bonfim

Marileide Honório da Silva Barros

Roberson Coelho de Abrantes

Vanderlei Padilha de Almeida

Venússia de Paula Costa



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2º Trimestre de 2018

Sumário

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	7
Balanço Patrimonial.....	7
Demonstração das Variações Patrimoniais.....	9
Balanço Orçamentário.....	12
Balanço Financeiro.....	15
2. INFORMAÇÕES GERAIS.....	16
3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	28
4. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	31
Nota 01 – Demais Créditos e Valores de Curto Prazo.....	32
Nota 02 – Ativo Não Circulante.....	34
Nota 03 – Imobilizado.....	34
Nota 04 – Passivo Circulante.....	37
Nota 05 – Passivo Não Circulante.....	40
Nota 06 – Receita da Folha de Benefícios.....	41
Nota 07 – Restos a Pagar.....	43



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

2º Trimestre de 2018

LISTA DE SIGLAS

APS	Agência da Previdência Social
BF	Balanco Financeiro
BO	Balanco Orçamentário
BP	Balanco Patrimonial
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CCONT	Coordenação de Contabilidade
CF	Constituição Federal
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPTCE	Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial
DATAPREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DVP	Demonstração da Variação Patrimonial
EPU	Encargo Previdenciário da União
IAPAS	Instituto de Admin. Financeira da Previdência e Assistência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IFs	Instituições Financeiras
ISF	Indicador de Superávit Financeiro
ISF 'F'	Indicador de Superávit Financeiro - Financeiro
ISF 'P'	Indicador de Superávit Financeiro - Permanente
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RPNP	Restos a Pagar Não Processado
RPP	Restos a Pagar Processado
RMV	Renda Mensal Vitalícia
SGPIWEB	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIGA	Sistema Orgânico de Gestão de Documentos de Arquivo
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIRC	Sistema Nacional de Informações de Registro Civil



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística – DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2º Trimestre de 2018

SPIUNET	Sistema de Gerenciamento do Patrim. Imob. de Uso Especial da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2º Trimestre de 2018

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Relação das despesas de EPU e LOAS.....	17
Tabela 2 - Quantidade de Créditos Pagos – EPU e LOAS.....	19
Tabela 3 - Relação de Fontes para Pagamento de Benefícios administrados pelo INSS	19
Tabela 4 - Valores pagos por Objetivos dos Programas	21
Tabela 5 - Valores pagos por Ação do Governo.....	21
Tabela 6 - Resumo dos Principais Grupos e Subgrupos do Ativo	26
Tabela 7 - Resumo dos Principais Grupos e Subgrupos do Passivo e Patrimônio Líquido	27
Tabela 8 – Ativo Circulante – Composição do INSS	31
Tabela 9 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição.....	32
Tabela 10 - Créditos por Dano ao Patrimônio – Composição	33
Tabela 11 – Ativo Não Circulante – Composição do INSS.	34
Tabela 12 - Imobilizado	35
Tabela 13 - Bens Móveis – Composição.....	35
Tabela 14 - Bens de Uso Especial não Registrado no SPIUNET – Composição	37
Tabela 15 - Passivo Circulante – Composição do INSS	37
Tabela 16 - Passivo Circulante – ISF.....	38
Tabela 17 - Conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.....	39
Tabela 18 - Fornecedores com ISF 'F'.....	39
Tabela 19 - Fornecedores com ISF 'P'	40
Tabela 20 - Passivo Não Circulante – Composição	41
Tabela 21 - Receita do Leilão por Código de Recolhimento – 2º Trimestre 2018	42
Tabela 22 - Receita do Leilão – Por Cód. de Recolhimento – 2016 ao 2º Trimestre de 2018	43
Tabela 23 - Inscrição e Reinscrição de Restos a Pagar	44
Tabela 24 - Restos a Pagar Não Processados	44
Tabela 25 - Restos a Pagar Processados.....	45



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 16/07/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	5.090.004.529,55	5.605.121.201,78	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.090.004.529,55	5.605.121.201,78

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	924.901.125,52	1.043.013.390,26	PASSIVO FINANCEIRO	13.280.044.935,89	1.533.631.507,21
ATIVO PERMANENTE	4.165.103.404,03	4.562.107.811,52	PASSIVO PERMANENTE	50.459.240.637,98	49.179.125.541,65
SALDO PATRIMONIAL	58.649.281.044,32	45.107.635.847,08			

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	28.989.576.274,77	1.460.003.531,19	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.618.769.694,54	1.559.251.230,06
Execução dos Atos Potenciais Ativos	28.989.576.274,77	1.460.003.531,19	Execução dos Atos Potenciais Passivos	1.618.769.694,54	1.559.251.230,06
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	203.002.737,10	206.166.060,69	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	28.770.176.158,55	1.223.322.089,63	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	2.505.382,67	2.505.382,67
Direitos Contratuais a Executar	16.397.379,12	30.515.380,87	Obrigações Contratuais a Executar	1.616.264.311,87	1.556.745.847,39
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	28.989.576.274,77	1.460.003.531,19	TOTAL	1.618.769.694,54	1.559.251.230,06

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.591.986.073,89
Recursos Vinculados	-10.763.157.736,48
Educação	2.672,93
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-11.091.104.379,43
Operação de Crédito	-5.295.853,82
Alienação de Bens e Direitos	180.693,00
Previdência Social (RGPS)	34.087.528,95
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	301.197.903,87
Demais Recursos	-2.226.301,98
TOTAL	-12.355.143.810,37



EXERCÍCIO 2018	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 16/07/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	306.858.455.566,71	290.126.102.993,11
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	5.260,00	-
Contribuições Sociais	5.260,00	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	615.589.596,67	485.691.463,10
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	615.589.596,67	485.691.463,10
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	16.597.872,65	20.252.139,08
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	3.990.192,34	661.141,61
Variações Monetárias e Cambiais	9.227.637,00	9.764.056,31
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	3.380.043,31	9.826.941,16
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	306.074.439.640,86	289.573.273.305,55
Transferências Intragovernamentais	306.065.302.027,90	289.564.751.192,16
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	9.137.612,96	8.522.113,39
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	7.100.842,16	2.350.426,68
Reavaliação de Ativos	-	23,48
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	507.448,19	952.418,89
Ganhos com Desincorporação de Passivos	6.593.393,97	1.397.984,31
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	144.722.354,37	44.535.658,70
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



EXERCÍCIO 2018	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 16/07/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	144.722.354,37	44.535.658,70
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	308.622.752.160,54	292.925.054.499,47
Pessoal e Encargos	3.109.143.713,26	3.194.008.597,04
Remuneração a Pessoal	2.556.403.920,05	2.619.122.245,68
Encargos Patronais	428.359.439,49	444.696.751,50
Benefícios a Pessoal	123.808.412,69	129.524.499,64
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	571.941,03	665.100,22
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	30.461.868.018,66	29.256.606.762,16
Aposentadorias e Reformas	2.009.206.769,63	1.963.630.178,38
Pensões	913.844.261,48	968.370.942,33
Benefícios de Prestação Continuada	27.532.487.038,15	26.318.001.567,90
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	6.329.949,40	6.604.073,55
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	581.455.087,62	856.758.801,59
Uso de Material de Consumo	18.235.420,40	18.661.501,61
Serviços	540.228.717,65	815.123.206,00
Depreciação, Amortização e Exaustão	22.990.949,57	22.974.093,98
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.529.905.410,62	2.476.092.779,45
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	566.479,33	381.061,99
Variações Monetárias e Cambiais	1.529.338.931,29	2.475.705.034,80
Descontos Financeiros Concedidos	-	6.682,66
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	272.708.418.237,37	257.036.332.919,66
Transferências Intragovernamentais	272.697.957.023,17	257.026.781.900,22
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	214.779,73	160.639,67
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	10.246.434,47	9.390.379,77
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	9.855.142,96	13.784.459,89
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.189.190,16	2.307.919,42
Perdas com Alienação	291.953,00	-
Perdas Involuntárias	146.405,63	79.622,05
Incorporação de Passivos	-	2.703,69
Desincorporação de Ativos	8.227.594,17	11.394.214,73



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Tributárias	8.203.805,73	6.816.266,50
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	816.397,48	885.377,79
Contribuições	7.387.408,25	5.930.888,71
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	213.902.744,32	84.653.913,18
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	213.902.744,32	84.653.913,18
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-1.764.296.593,83	-2.798.951.506,36

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2018	2017



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 16/07/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.999.299.215,00	1.999.299.215,00	722.625.366,94	-1.276.673.848,06
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	563.628.092,00	563.628.092,00	5.260,00	-563.622.832,00
Contribuições Sociais	563.628.092,00	563.628.092,00	5.260,00	-563.622.832,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	1.389.929.184,00	1.389.929.184,00	612.510.017,10	-777.419.166,90
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	3.354.819,00	3.354.819,00	2.135.149,37	-1.219.669,63
Valores Mobiliários	11.945.289,00	11.945.289,00	3.380.043,31	-8.565.245,69
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	1.374.629.076,00	1.374.629.076,00	606.994.824,42	-767.634.251,58
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	37.455.939,00	37.455.939,00	6.534.605,58	-30.921.333,42
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	37.455.939,00	37.455.939,00	6.534.605,58	-30.921.333,42
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	8.286.000,00	8.286.000,00	103.575.484,26	95.289.484,26
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	3.139.059,00	3.139.059,00	1.215.283,65	-1.923.775,35
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.422.779,00	2.422.779,00	102.284.058,90	99.861.279,90
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	2.724.162,00	2.724.162,00	76.141,71	-2.648.020,29
RECEITAS DE CAPITAL	5.719,00	5.719,00	121.622,00	115.903,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	5.719,00	5.719,00	121.622,00	115.903,00
Alienação de Bens Móveis	5.719,00	5.719,00	121.622,00	115.903,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 16/07/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.999.304.934,00	1.999.304.934,00	722.746.988,94	-1.276.557.945,06
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.999.304.934,00	1.999.304.934,00	722.746.988,94	-1.276.557.945,06
DEFICIT			45.235.492.927,11	45.235.492.927,11
TOTAL	1.999.304.934,00	1.999.304.934,00	45.958.239.916,05	43.958.934.982,05
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPEAS CORRENTES	15.275.766.543,00	14.863.322.884,00	45.947.123.094,23	34.239.059.977,89	33.124.343.377,56	-31.083.800.210,23
Pessoal e Encargos Sociais	12.406.625.525,00	12.031.969.553,00	6.902.122.445,74	5.611.002.808,84	5.542.059.743,60	5.129.847.107,26
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.869.141.018,00	2.831.353.331,00	39.045.000.648,49	28.628.057.169,05	27.582.283.633,96	-36.213.647.317,49
DESPEAS DE CAPITAL	46.209.081,00	43.680.803,00	11.116.821,82	7.652.926,52	7.467.406,88	32.563.981,18
Investimentos	46.037.000,00	43.508.722,00	11.116.821,82	7.652.926,52	7.467.406,88	32.391.900,18
Inversões Financeiras	172.081,00	172.081,00	-	-	-	172.081,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPEAS	15.321.975.624,00	14.907.003.687,00	45.958.239.916,05	34.246.712.904,41	33.131.810.784,44	-31.051.236.229,05
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 16/07/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	15.321.975.624,00	14.907.003.687,00	45.958.239.916,05	34.246.712.904,41	33.131.810.784,44	-31.051.236.229,05
TOTAL	15.321.975.624,00	14.907.003.687,00	45.958.239.916,05	34.246.712.904,41	33.131.810.784,44	-31.051.236.229,05

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	183.501.761,11	85.144.137,29	69.757.821,34	69.470.783,09	1.845.761,95	197.329.353,36
Pessoal e Encargos Sociais	2.104.256,58	2.362,87	2.362,37	2.362,37	-	2.104.257,08
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	181.397.504,53	85.141.774,42	69.755.458,97	69.468.420,72	1.845.761,95	195.225.096,28
DESPESAS DE CAPITAL	9.685.208,81	26.866.429,17	16.596.369,04	16.434.171,44	244.449,48	19.873.017,06
Investimentos	9.685.208,81	26.866.429,17	16.596.369,04	16.434.171,44	244.449,48	19.873.017,06
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	193.186.969,92	112.010.566,46	86.354.190,38	85.904.954,53	2.090.211,43	217.202.370,42

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	18.752.807,36	1.082.358.184,80	1.079.940.203,67	21.404,07	21.149.384,42
Pessoal e Encargos Sociais	1.473.039,01	72.504.367,30	71.657.682,17	-	2.319.724,14
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	17.279.768,35	1.009.853.817,50	1.008.282.521,50	21.404,07	18.829.660,28
DESPESAS DE CAPITAL	230.425,52	213.255,61	138.580,51	-	305.100,62
Investimentos	230.425,52	213.255,61	138.580,51	-	305.100,62
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	18.983.232,88	1.082.571.440,41	1.080.078.784,18	21.404,07	21.454.485,04



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 16/07/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	722.746.988,94	513.980.474,18	Despesas Orçamentárias	45.958.239.916,05	50.937.357.915,84
Ordinárias	-	9.183.939,59	Ordinárias	7.151.517.012,83	113.141.282,13
Vinculadas	741.837.977,02	504.894.885,37	Vinculadas	38.806.722.903,22	50.824.216.633,71
Seguridade Social (Exceto RGPS)	101.944.195,70	6.675.425,35	Seguridade Social (Exceto RGPS)	37.773.259.955,84	50.174.752.435,10
Alienação de Bens e Direitos	121.622,00		Operação de Crédito		107.199,78
Previdência Social (RGPS)	5.260,00	2.220,60	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.033.462.947,38	649.356.998,83
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	639.766.899,32	498.217.239,42			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-19.090.988,08	-98.350,78			
Transferências Financeiras Recebidas	306.054.661.659,11	289.563.946.760,28	Transferências Financeiras Concedidas	272.692.237.845,31	257.020.809.574,58
Resultantes da Execução Orçamentária	286.481.566.821,21	276.671.316.063,84	Resultantes da Execução Orçamentária	254.079.281.035,60	244.794.570.696,71
Repasse Recebido	279.996.146.330,33	270.303.877.876,48	Repasse Concedido	247.593.860.544,72	238.427.132.509,35
Sub-repasse Recebido	6.485.420.490,88	6.367.438.187,36	Sub-repasse Concedido	6.485.420.490,88	6.367.438.187,36
Independentes da Execução Orçamentária	19.573.094.837,90	12.892.630.696,44	Independentes da Execução Orçamentária	18.612.956.809,71	12.226.238.877,87
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	18.895.307.789,93	11.767.249.587,57	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	17.832.464.990,07	11.704.679.213,21
Demais Transferências Recebidas	179.495,38	614.648.564,00	Demais Transferências Concedidas	96.401,40	35.796,63
Movimentação de Saldos Patrimoniais	677.607.552,59	510.732.544,87	Movimento de Saldos Patrimoniais	780.395.418,24	521.523.868,03
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	12.927.411.085,34	18.818.407.278,92	Despesas Extraorçamentárias	1.172.250.745,14	775.603.190,64
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.114.902.119,97	1.210.339.498,42	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.080.078.784,18	655.512.408,50
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	11.711.527.011,64	17.449.908.568,03	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	85.904.954,53	118.371.583,76
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	94.299.214,54	158.134.184,84	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.267.006,43	1.719.198,38
Outros Recebimentos Extraorçamentários	6.682.739,19	25.027,63	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	47.269,98	24.962,63			
Restituições a Pagar	173,19	65,00			
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	102,00				
Arrecadação de Outra Unidade	6.580.920,30				
Demais Recebimentos	54.273,72				
Saldo do Exercício Anterior	1.008.688.430,41	911.607.506,25	Saldo para o Exercício Seguinte	890.779.657,30	1.074.171.338,57
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.008.688.430,41	911.607.506,25	Caixa e Equivalentes de Caixa	890.779.657,30	1.074.171.338,57
TOTAL	320.713.508.163,80	309.807.942.019,63	TOTAL	320.713.508.163,80	309.807.942.019,63



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

2º Trimestre de 2018

2. INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS é uma autarquia do Governo Federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, com sede no Setor de Autarquia Sul, Quadra 2, Bloco O, Asa Sul, Brasília – Distrito Federal, CEP 70.070-946, inscrito na Receita Federal do Brasil no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o nº 29.979.036/0001-40.

O INSS foi instituído pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 e regulamentado pelo Decreto nº 99.350 de 27 de junho de 1990, a partir da fusão do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS com o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, vinculado ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS).

Compete ao INSS conceder, manter e gerir os benefícios e serviços previdenciários oriundos do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, nos termos da Lei nº 8.213 de 24/07/1991 e do art. 68 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF nº 101, de 4 de maio de 2000, assim como os benefícios de caráter assistencial, comumente chamados de Benefícios de Prestação Continuada – BPC, instituídos pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e regulamentados por meio do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.

No exercício de 2014 houve a cisão¹ das atividades relacionadas com a prestação de serviços de caráter previdenciário e assistencial, ocasião em que os benefícios previdenciários passaram a ser pagos pelo Fundo Geral de Previdência Social – FRGPS e, pelo INSS, os benefícios assistenciais, os Encargos Previdenciários da União – EPU, assim como as despesas com custeio relativas à manutenção, concessão e gerenciamento desses benefícios.

Por sua vez, os Benefícios de Prestação Continuada – BPC de caráter assistencial, juntamente com a manutenção da máquina administrativa, continuaram a ser registrados no Órgão 37202 – INSS, conforme demonstrado na tabela abaixo:

¹ Cisão no âmbito do SIAFI.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2º Trimestre de 2018

Tabela 1- Relação das despesas de EPU e LOAS

							R\$
Origem Orç.	Natureza Despesa Detalhada	2º Trimestre de 2018	%AV 2018	%AH	2º Trimestre de 2017	%AV 2017	
	Complementação de Aposentadorias - Pes. Civil	238.144.594,96	0,844111	(4,74)	250.004.033,24	0,915966	
	Complementação de Pensões - Pessoal Civil	216.981.071,21	0,769096	(5,77)	230.260.605,82	0,843630	
	Pensões Vitalícias de Seringueiros	114.077.763,48	0,404352	(4,15)	119.019.199,76	0,436063	
	Pensões das Vítimas de Hanseníase	53.088.738,65	0,188175	(2,24)	54.302.994,39	0,198955	
	Pensões de Anistiados Políticos	40.955.947,56	0,145170	(4,50)	42.887.257,83	0,157130	
EPU	Pensões da Síndrome de Talidomida	15.913.960,96	0,056408	(0,17)	15.941.017,75	0,058405	
	Pensões Graciosas / Indeniz. - Leis Específicas	665.788,84	0,002360	(9,92)	739.096,34	0,002708	
	Pensões das Vítimas da Hemodiálise de Caruaru	344.297,62	0,001220	12,02	307.367,33	0,001126	
	13º Salário - Pensões Civil - Encargos Previdenciários	5.236,31	0,000019	315,16	1.261,27	0,000005	
	Salário - Família Inativo Civil	170,40	0,000001	(9,70)	188,70	0,000001	
EPU Total		680.177.569,99	2,410911	(4,67)	713.463.022,43	2,613988	
	Benefício ao Deficiente	14.960.508.328,82	53,028006	4,19	14.359.418.126,76	52,610081	
LOAS	Benefício ao Idoso	11.890.851.052,48	42,147506	3,75	11.460.600.078,46	41,989382	
	Renda Mensal Vitalícia - Invalidez	590.398.725,85	2,092687	(8,66)	646.398.935,27	2,368278	



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2º Trimestre de 2018

Renda Mensal Vitalícia - Idade	90.530.674,66	0,320889	(20,70)	114.162.800,40	0,418270
LOAS Total	27.532.288.781,81	97,589089	3,58	26.580.579.940,89	97,386012
Total Geral	28.212.466.351,80	100,00	3,36	27.294.042.963,32	100,00

Fonte: SIAFI, 2018/2017.

Nos termos do art. 201 da Constituição Federal de 1988 - CF, a Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, buscando atender a cobertura de eventos relacionados com doença, invalidez, morte e idade avançada; a proteção à maternidade, especialmente à gestante; a proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; o salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda, como também, a pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e seus dependentes.

Os benefícios assistenciais estão disciplinados no art. 203 da CF-1988, o qual estabelece que a assistência social seja prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, tendo como objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária e a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família.

Os EPUs são gastos destinados ao pagamento de proventos com aposentadorias e pensões, decorrentes de leis específicas, conforme discriminado na tabela 1.

As quantidades de créditos pagos no exercício de 2018, por espécie de Benefícios com EPU e LOAS, estão discriminados na tabela a seguir.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2º Trimestre de 2018

Tabela 2 - Quantidade de Créditos Pagos – EPU e LOAS

Discriminação	2º Trimestre de 2018	Média	2º Trimestre de 2017	Média
L.O.A.S.	28.174.631	4.582.419	27.494.511	4.695.772
Rede Ferroviária	235.615	42.636	255.813	39.269
Hanseníase	34.842	6.072	36.436	5.807
ECT	29.671	5.190	31.140	4.945
Talidomida	6.417	1.047	6.281	1.070
Estatutário	5.008	892	5.353	835
Anistiado	3.692	658	3.950	615
Hemodiálise-Caruaru	306	55	328	51
TOTAL	28.490.182	4.638.969	27.833.812	4.748.364

Fonte: DATAPREV – Nota Técnica, 2017/2018.

Os recursos financeiros para pagamento dos benefícios previdenciários e assistenciais são transferidos da Setorial Financeira do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, Órgão 55000, e recebidos pelo INSS, Órgão 37202, por meio da Setorial Financeira. No entanto, as fontes que são de uso exclusivo do FRGPS são repassadas da Setorial Financeira do Órgão 37202 para a Setorial Financeira do Órgão 37904.

A Tabela 3 demonstra os valores recebidos pelo INSS, por repasse, no 2º trimestre do exercício financeiro de 2018.

Tabela 3 - Relação de Fontes para Pagamento de Benefícios administrados pelo INSS

R\$

Tipo de Fonte	Código Fonte Recursos	Fonte Recursos	Valor
Fonte exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários	88	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	68.309.401,90
	53	Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	30.674.301,81
Fonte exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários Total			98.983.703,71
Não é fonte exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários	00	Recursos Ordinários	3.767.078.271,17
	51	Contr. Social s/o Lucro das Pessoas Jurídicas.	220.247.061,78
	18	Contribuições sobre Concursos de Prognósticos	5.073.622,87



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2º Trimestre de 2018

56	Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	1.437.995,75
69	Contrib. Patronal p/ Plano de Segurid. Soc. Serv.	70.896,25
12	Recursos Dest. A Manut. E Des. Do Ensino	2.672,93
Não é fonte exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários Total		3.993.910.520,75
Total Geral		4.092.894.224,46

Fonte: SIAFI, 2018.

A estrutura organizacional do INSS é constituída por 05 (cinco) Superintendências Regionais, 104 (cento e quatro) Gerências Executivas e 1.767 (um mil setecentos e sessenta e sete) Agências da Previdência Social - APS². A concessão e manutenção dos benefícios previdenciários e assistenciais ocorrem nas APS e, para isso, o INSS possui uma estrutura composta de bens móveis e imóveis para atendimento da clientela, bem como direitos que garantem a manutenção desses serviços.

Durante o exercício financeiro, o INSS desenvolveu ações com o objetivo de fortalecer a inclusão e manutenção do cidadão no sistema previdenciário, o fortalecimento da sustentabilidade dos regimes previdenciários, a melhoria da qualidade dos seus serviços, bem como o aumento da eficiência da força de trabalho e a qualificação da gestão dos Benefícios de Prestação Continuada - BPC. Os objetivos desenvolvidos no INSS durante o 2º trimestre do exercício financeiro de 2018 foram:

- **0250** - Fortalecer ações de inclusão e manutenção do cidadão no sistema previdenciário;
- **0251** - Garantir a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários;
- **0252** - Fortalecer a sustentabilidade dos regimes previdenciários;
- **0371** - Qualificar a gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e concedê-lo à pessoa idosa e com deficiência, fortalecer as estratégias de inclusão dos beneficiários nos serviços socioassistenciais e nas demais políticas e contribuir no aprimoramento da regulação dos benefícios eventuais pelos estados, municípios e DF; e
- **1159** - Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado, por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade.

A Tabela 4 demonstra os valores pagos no 2º trimestre do exercício financeiro de 2018 dos objetivos 0251 e 0371.

² Fonte: Divisão de Planejamento e Modernização da Rede de Atendimento/Diretoria de Atendimento do INSS.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2º Trimestre de 2018

Tabela 4 - Valores pagos por Objetivos dos Programas

R\$

Objetivo do Programa	Total Pago
0371 - Qualificar a gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedê-lo a pessoa idosa e a pessoa com deficiência, fortalecer as estratégias de inclusão dos beneficiários nos serviços sócio-assistenciais e nas demais políticas e contribuir no aprimoramento da regulação dos benefícios eventuais pelos estados, municípios e DF	27.516.908.595,20
0251 - Garantir a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários.	644.045.722,41
Total Geral	28.160.954.317,61

Fonte: SIAFI e SIOP.

Cada objetivo está relacionado com uma ação. A tabela 5 evidencia as principais ações realizadas pelo INSS no 2º trimestre do exercício financeiro de 2018, juntamente com os objetivos do programa.

Tabela 5 - Valores pagos por Ação do Governo

R\$

Código dos Objetivos do Programa	Código Ação Governo	Ação Governo	Total Pago
	2593	Funcionamento das unidades descentralizadas da previdência social	434.281.474,53
	2292	Serviço de processamento de dados de benefícios previdenciários	105.554.508,80
	4405	Tele atendimento previdenciário	65.069.460,81
	2294	Defesa judicial da previdência social básica	15.697.677,73
0251	2591	Reconhecimento de direitos de benefícios previdenciários	10.594.783,80
	116V	Instalação de unidades de funcionamento do INSS	5.863.847,12
	8869	Reformas e adaptações das unidades do INSS	5.088.220,82
	2563	Gestão da melhoria contínua	1.678.590,21
	20HR	Gestão da informação corporativa na previdência social	217.158,59
0251 Total			644.045.722,41
0371	00IN	Benefícios de prestação continuada (BPC) a pessoa com deficiência	15.534.389.049,21



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2º Trimestre de 2018

00H5	Benefícios de prestação continuada (BPC) a pessoa idosa	11.967.814.248,68
2583	Processamento de dados do benefício de prestação continuada	12.781.914,60
2589	Avaliação e operacionalização do benefício de prestação continuada	1.923.382,71
0371 Total		27.516.908.595,20
Total Geral		28.160.954.317,61

Fonte: SIAFI e SIOP.

Cada ação empreendida pelo INSS, no decorrer do 2º trimestre de 2018, foram implantadas no Órgão para atingir um determinado objetivo.

Abaixo estão relacionadas as ações com seus respectivos objetivos:

- **009K** - Pagamento da complementação de aposentadorias, na forma da Lei Orgânica da Previdência Social, aos ferroviários admitidos até 31 de outubro de 1969 na Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA.
- **00H5** - Os recursos desta ação destinam-se ao pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade. O BPC, em vigor desde 1996, destina-se às pessoas com 65 anos ou mais, cuja renda per capita familiar mensal não ultrapasse $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, assegurando-lhes a renda mensal de um salário mínimo. A RMV, instituída pela Lei nº 6.179/74, também no valor de um salário mínimo, é atualmente destinada às pessoas com 70 anos ou mais, que já recebiam o benefício (pressuposto do direito adquirido) quando de sua extinção, em 01/01/1996, quando teve início a concessão do BPC.
- **00IN** - Os recursos desta ação destinam-se ao pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez. O BPC, em vigor desde 1996, destina-se às pessoas com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, cuja renda per capita familiar mensal não ultrapasse $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, assegurando-lhes a renda mensal de um salário mínimo. A RMV, instituída pela Lei Nº 6.179/74, também no valor um salário mínimo, é atualmente destinada às pessoas com invalidez, que já recebiam o benefício (pressuposto do direito adquirido) quando de sua extinção, em 01/01/1996, quando teve início a concessão do BPC.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

2º Trimestre de 2018

- **000Q** - Essa ação destina-se a agrupar todos os pagamentos de contribuições e anuidades a Organismos e Entidades internacionais abaixo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme estipulado na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 - LDO-2017.
- **0181** - Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.
- **0536** - Pagamento de pensões em decorrência de Legislação Especial ou de Sentenças Judiciais.
- **09HB** - Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
- **2004** - Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
- **2292** - Esta ação complementa o processo de reconhecimento de direitos, atualização de dados e pagamento de benefícios. Os dados necessários ao processo de concessão dos benefícios são transmitidos diariamente por meio dos Sistemas localizados nas Gerências, Agências e Empresas Convenentes, e processados pela Empresa responsável pelo processamento de dados da Previdência Social, que os armazena, sendo, inclusive, responsável pela emissão de correspondência automática ao cidadão. Este conjunto de procedimentos eletrônicos possibilita a estruturação do banco de dados da Previdência Social. Garante os recursos de teleinformática necessários aos serviços de reconhecimento de direitos e de pagamento de benefícios previdenciários, assegurando o funcionamento dos Sistemas (Prisma, SABI, COMPREV, CNISVR, HIPNET, HISCRENET, RECNET) até que possa ser implementado o Sistema do Novo Modelo de Gestão.
- **2563** - Promoção da melhoria contínua dos serviços e processos previdenciários, por meio do estabelecimento e desenvolvimento de padrões de qualidade, implementação e aperfeiçoamento de técnicas e metodologias que visem à aferição de resultados, objetivando prestar serviços de qualidade ao cliente interno e externo, de forma a padronizar os procedimentos e definir mecanismos de desempenho institucional, facilitando a disseminação das melhores práticas. Subsidiar o gerenciamento de processos de negócio na organização seja finalísticos, gerenciais ou de apoio, que estabeleça como base essencial o "foco do cidadão", por meio da realização da



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

2º Trimestre de 2018

modelagem, análise, desenho, transformação de processos e o gerenciamento de desempenho de processos, de custos e de riscos institucionais.

- **2583** - A ação destina-se a custear a informatização do processamento de dados relativos à operacionalização e avaliação do BPC e à operacionalização da RMV, serviço prestado pela Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (DATAPREV). A estruturação do banco de dados e processamento dos benefícios compreende desde a inserção dos dados dos requerentes, até o processamento da concessão, manutenção, atualização, pagamento, revisão, avaliação, suspensão e cessação do BPC. Em relação à RMV, o processamento resulta na manutenção ou cessação dos benefícios.
- **2589** - Os recursos da ação destinam-se às atividades de gestão e operacionalização do BPC e da RMV, incluindo a concessão, a manutenção, a reavaliação das condições que geraram o direito ao benefício, o controle, a fiscalização, a normatização, o acompanhamento, o monitoramento, a análise quantitativa e qualitativa de dados do BPC, estudos e produção de informações estratégicas, e a operacionalização da RMV e de ações intersetoriais com outras políticas, de modo a garantir e aprimorar os meios de acesso ao BPC e a gestão dos benefícios, bem como ampliar a proteção social dos beneficiários.
- **2591** - O reconhecimento do direito compreende as etapas de orientação, habilitação, análise, decisão (concessão/indeferimento), subsidiariamente procede-se a atualização no CNIS dos dados cadastrais, vínculos e remunerações. Da etapa de decisão advêm os procedimentos de revisão, recurso e manutenção dos benefícios. Além disso, o reconhecimento de direito engloba a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição e a compensação previdenciária envolvendo os regimes próprios de previdência dos entes federativos. O atendimento dos pedidos de benefícios é realizado nas Agências da Previdência Social, sendo tal procedimento agendado através dos canais remotos da Previdência Social via Internet e a Central 135 (telefone) ou através de convênios com sindicatos e empresas, bem como por meio dos acordos internacionais celebrados com diversos países. Os procedimentos decorrentes da solicitação do benefício são informatizadas, porém envolvem um conjunto de ações de responsabilidade exclusiva dos servidores, no sentido de dar suporte ao processo decisório. Dessa forma, esta ação envolve:
 - a) Deslocamento de servidores para executarem supervisão nas Agências, Gerências-Executivas e Superintendências Regionais;



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

2º Trimestre de 2018

- b) Reforço de equipes de trabalho em virtude de demanda acima da capacidade operacional das Agências;
- c) Realização de reuniões técnicas de supervisão, acompanhamento e orientação nas Agências;
- d) Realização de pesquisas externas para certificação de informações prestadas pelos segurados e empresas;
- e) Realização de eventos relacionados aos procedimentos médico-periciais (perícias médicas ambulatoriais);
- f) Juntas médicas;
- g) Perícias de Pedido de Reconsideração (PR) e Pedido de Prorrogação (PP, perícias médicas domiciliares e hospitalares);
- h) Deslocamentos para atividade de supervisão técnica e participação em reuniões e fóruns de discussão técnica e pagamento de profissionais e entidades de saúde credenciadas, convocações de servidores para auxiliar nos trabalhos de desenvolvimento dos novos sistemas de cadastro (CNIS) e SIBE.

No tocante ao Serviço Social:

- i) São realizados atendimentos técnicos individuais ou em grupo;
 - j) Encaminhamento dos usuários aos recursos sociais da comunidade;
 - k) Assessoria e consultoria às instituições governamentais e não governamentais;
 - l) Estabelecimento de convênios e parcerias com instituições da sociedade civil;
 - m) Elaboração de parecer social;
 - n) Realização de cadastros das organizações da sociedade, visitas técnicas domiciliares e institucionais, concessão de recursos materiais e realização de pesquisas sociais, além de desenvolvimento de projetos e participação nos conselhos de direitos.
- **4405** - Garantia de acesso aos serviços por meio de central de relacionamento com o objetivo de agilizar o atendimento, trazendo conforto e comodidade para os segurados e beneficiários da Previdência Social.

A Tabela 6 relaciona os principais grupos de contas do ativo, nos quais é possível observar a relevância dos subgrupos “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” e “Imobilizado”, que



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

2º Trimestre de 2018

correspondem a 19,46% e 56,98% do ativo total, no 2º trimestre do exercício financeiro de 2018, respectivamente, face aos 22,28% e 50,15% dos mesmos Subgrupos constantes no 2º trimestre do exercício financeiro de 2017.

Enquanto no Subgrupo “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” houve um decréscimo de 22,89%, nos dois períodos comparados, no Subgrupo “Imobilizado” ocorreu apenas um acréscimo de 0,31% no mesmo período.

Tabela 6 - Resumo dos Principais Grupos e Subgrupos do Ativo

		R\$				
Grupo	Subgrupo	2018	%AV 2018	%AH 2018	2017	%AV 2017
Ativo Circulante	Caixa e equivalentes de Caixa	890.779.657,30	17,50	(17,07)	1.074.171.338,57	19,44
	Demais Créditos e Valores à Curto Prazo	1.282.462.418,35	25,20	(16,95)	1.544.294.971,32	27,95
	Estoques	32.277.932,58	0,63	8,31	29.800.472,98	0,54
	Varição Patrimonial Diminutiva PG Antecipadamente	327.179,26	0,01	47,02	222.534,17	0,00
Ativo Circulante Total		2.205.847.187,49	43,34	(16,71)	2.648.489.317,04	47,93
Ativo Não Circulante	Ativo Realizável a Longo Prazo	29.171.495,71	0,57	5,87	27.554.783,04	0,50
	Investimentos	10.934.553,13	0,21	0,00	10.934.553,13	0,20
	Imobilizado	2.837.501.293,22	55,75	(0,03)	2.838.211.634,71	51,37
	Intangível	6.550.000,00	0,13	100,00	-	0,00
Ativo Não Circulante Total		2.884.157.342,06	56,66	0,26	2.876.700.970,88	52,07
Ativo Total		5.090.004.529,55	100,00	(7,88)	5.525.190.287,92	100,00

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017.

Dentre as contas que compõem os subgrupos “Demais Créditos e Valores à Curto Prazo do INSS”, merecem destaque os direitos relacionados com créditos por danos ao patrimônio, formado basicamente por pagamentos indevidos de benefícios assistenciais, recebimento de valores por



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

2º Trimestre de 2018

terceiros relacionados com dolo, má-fé ou fraude, erros administrativos, fraude, dentre outros. Maiores detalhamentos acerca dessa conta podem ser obtidos na Nota Explicativa nº 1.

O Imobilizado é constituído basicamente por bens móveis e imóveis de uso especial, que são utilizados para a prestação de serviços à sociedade. Outras informações sobre o Imobilizado podem ser obtidas na Nota Explicativa nº 2.

As obrigações do INSS são compostas por débitos com fornecedores e prestadores de serviços, obrigações trabalhistas e fiscais, como também de débitos decorrentes de empréstimos e financiamentos. A Tabela 7 relaciona os Subgrupos de contas que compõem o Passivo Circulante e Não Circulante.

Tabela 7 - Resumo dos Principais Grupos e Subgrupos do Passivo e Patrimônio Líquido

		R\$				
Grupo	Subgrupo	2018	%AV 2018	%AH 2018	2017	%AV 2017
Passivo Circulante	Obrig. Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar - CP	1.502.168.548,27	29,51	7,33	1.399.534.440,85	25,33
	Fornecedores e Contas a Pagar à Curto Prazo	359.300.736,06	7,06	(13,72)	416.447.790,65	7,54
	Obrigações Fiscais à Curto Prazo	797.486,13	0,02	153,02	315.186,83	0,01
	Demais Obrigações à Curto Prazo	302.171.788,88	5,94	(7,37)	326.212.792,27	5,90
Passivo Circulante Total		2.164.438.559,34	42,52	1,02	2.142.510.210,60	38,78
Passivo Não Circulante	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	49.646.673.049,13	975,38	7,40	46.224.164.859,72	836,61
	Demais Obrigações a Longo Prazo	659.874,92	0,01	6,93	617.107,09	0,01
Passivo Não Circulante Total		49.647.332.924,05	975,39	7,40	46.224.781.966,81	836,62
Patrimônio Líquido	Demais Reservas	90,10	0,00	0,00	90,10	0,00
	Resultados Acumulados	(46.721.767.043,94)	(917,91)	9,06	(42.842.101.979,59)	(775,40)
Patrimônio Líquido Total		(46.721.766.953,84)	(917,91)	9,06	(42.842.101.889,49)	(775,40)
Passivo e Patrimônio Líquido Total		5.090.004.529,55	100,00	(7,88)	5.525.190.287,92	100,00

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

2º Trimestre de 2018

No Grupo Passivo Circulante merece destaque, por sua relevância, o Subgrupo “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar”, detalhado na Nota Explicativa nº 4.

Em referência ao Grupo Passivo Não Circulante, o Subgrupo “Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo” merece destaque, o qual a Nota Explicativa nº 5 apresentará mais detalhes.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil, a estrutura e a composição das Demonstrações Contábeis do INSS obedecem aos ditames das Normas Brasileiras de Contabilidade Pública – NBCT SP, a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, bem como da Lei Complementar nº 101/2000.

O Balanço Orçamentário - BO é a demonstração contábil que discrimina o saldo das contas de receitas e despesas orçamentárias, comparando os valores previstos e fixados com os efetivamente executados³.

O Balanço Financeiro - BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte⁴.

O Balanço Patrimonial - BP é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos na Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) deste Manual⁵.

³ MCASP: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, 7. ed. 2017.

⁴ Idem.

⁵ Idem.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

2º Trimestre de 2018

A **Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP** evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes de caixa, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse item contempla numerários advindos de contribuições e está inserido na Conta Única do Tesouro Nacional, na subconta Previdência, cujo controle e gestão são realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa são compostas pelas transferências de recursos originados de receitas de contribuições e de alienação de bens imóveis, arrecadados pelo INSS, cuja destinação é para o pagamento das despesas oriundas de benefícios assistenciais e custeio da máquina administrativa.

(b) Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber de curto prazo, relacionados com adiantamentos concedidos a funcionários, créditos por danos ao patrimônio decorrente de pagamento indevido, fraude, erro ou dolo, tributos a compensar e a recuperar, outros créditos restituíveis e valores compensáveis, tais como os valores apreendidos por decisão judicial, assim como os ajustes necessários para o reconhecimento da perda do valor que serão realizáveis até o término do exercício seguinte.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e o registro de ajuste para perdas é formado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(c) Estoques

Compreendem o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

2º Trimestre de 2018

Os Estoques são mensurados pelo valor de custo, acrescidos dos gastos necessários para colocarem em condições de uso. Os principais itens que compõe a conta de estoque são com almoxarifado e materiais que se encontram em trânsito.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

(d) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão até o término do exercício seguinte.

Neste grupo de contas são registradas as contas de despesas pagas antecipadamente e que contribuem para prestação de benefícios por mais de um período. São avaliados pelo custo e composto por itens como Prêmio de Seguro, Tributos pagos e VPD Financeiras pagas antecipadamente.

(e) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis após o término do exercício seguinte.

Os Créditos a Longo Prazo compreendem os direitos a receber após o término do exercício social seguinte, relacionados com Depósitos Judiciais Efetuados, Valores Apreendidos por Decisão Judicial, Créditos a Recuperar, Créditos decorrente de Tomada de Contas Especial – TCE e Títulos a Receber

Os créditos são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias.

(f) Imobilizado

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

No âmbito do INSS, o imobilizado é composto por bens móveis e imóveis utilizados nas atividades operacionais no Órgão, dos quais são reconhecidos com base no valor de aquisição acrescidos dos impostos não recuperáveis e outros gastos necessários para colocar o ativo em operação.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

2º Trimestre de 2018

(g) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar a Curto Prazo

Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, benefícios os quais o empregado ou servidor tenha direito, tais como, as aposentadorias, as reformas, as pensões e os encargos a pagar, bem como os benefícios assistenciais, com vencimento até o término do exercício seguinte, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, avaliados pelo custo histórico.

(h) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar com vencimento até o término do exercício seguinte, inclusive precatórios decorrentes dessas obrigações.

(i) Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Correspondem às obrigações do INSS junto ao Governo Federal, Estadual e Municipal relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento até o término do exercício seguinte.

4. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanco Patrimonial

Ativo Circulante

O Ativo Circulante é composto pelos Subgrupos Caixa e Equivalentes de Caixa, Demais Créditos e valores de Curto Prazo, Estoques e as Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente. Estes são reconhecidos, inicialmente, com base no valor original.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Ativo Circulante do 2º Trimestre de 2018 e 2017.

Tabela 8 – Ativo Circulante – Composição do INSS

R\$



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2º Trimestre de 2018

Grupo	Subgrupo	2º Trimestre 2018	2º Trimestre 2017	AH(%)
Ativo Circulante	Caixa e Equivalentes de Caixa	890.779.657,30	1.074.171.338,57	(17,07)
	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.282.462.418,35	1.544.294.971,32	(16,95)
	Estoques	32.277.932,58	29.800.472,98	8,31
	VPDs Pagas Antecipadamente	327.179,26	222.534,17	47
TOTAL		2.205.847.187,49	2.648.489.317,04	(16,71)

Fonte: SIAFI 2017 e 2018.

Em análise, o Subgrupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo teve redução de 17% com relação ao mesmo período do ano passado. Essa redução é explicada em razão da baixa da conta contábil 11.341.02.00 - TCE decorrente do novo entendimento para reconhecimento de ativo desta natureza, conforme disposto no Manual SIAFI 02.11.38 - DIVERSOS RESPONSÁVEIS.

Já o subgrupo VPDs Pagas Antecipadamente teve acréscimo de 47% com relação ao mesmo período do ano passado, isso significa dizer que as apropriações de despesa consideradas antecipadas no âmbito do INSS estão sendo registradas corretamente na conta do Ativo Circulante, pois apesar de serem pagamentos antecipados, representam despesas não incorridas, que à medida que os benefícios ou prestação de serviço forem executados, as despesas antecipadas passarão a ser consideradas incorridas, ou seja, baixada conforme o cronograma de baixa de despesa antecipada.

Nota 01 – Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Os Demais Créditos e Valores a Curto Prazo são compostos pelos Adiantamentos Concedidos, Créditos por Dano ao Patrimônio, Depósitos Restituíveis de Valores Vinculados e Outros Créditos a Receber de Valores de Curto Prazo e reconhecidos, inicialmente, com base no valor original.

O INSS apresentou um saldo de R\$ 1,282 bilhão no 2º Trimestre de 2018, referente a Créditos e Valores de Curto Prazo.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Grupo “Demais Créditos e Valores de Curto Prazo” do 2º Trimestre de 2017 e 2018.

Tabela 9 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

2º Trimestre de 2018

Grupo 11.300.00.00	R\$		
	2º Trimestre de 2018	2º Trimestre de 2017	AH(%)
Adiantamentos Concedidos	394.619.458,77	463.645.204,03	(14,89)
Créditos por Dano ao Patrimônio	565.272.457,36	754.935.933,77	(25,12)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.759.414,28	8.628.868,50	(10,08)
Outros Créditos a Receber e valores de Curto Prazo	330.750.824,10	330.879.970,84	(0,04)
Ajuste de Perdas Demais Créditos e Valores Curto Prazo	(15.939.736,16)	(13.795.005,82)	15,55
Total	1.282.462.418,35	1.544.294.971,32	(16,95)

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Do subgrupo acima, merece destaque os Adiantamentos Concedidos. Essa variação negativa de 14,89%, entre o 2º Trimestre de 2017 e 2018, se deve à conciliação efetuada na conta Adiantamento de 13º Salário dos servidores do INSS. O valor de 295 milhões no 2º Trimestre de 2018 corresponde ao reconhecimento do Adiantamento de 13º Salário Concedido, conforme informações da FOPAG de 2018.

Outro subgrupo que merece destaque são os Créditos por Dano ao Patrimônio, que totalizou R\$ 565 milhões, distribuídos em três Subgrupos, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 10 - Créditos por Dano ao Patrimônio – Composição

Subgrupo 11.340.00.00	R\$		
	2º Trimestre de 2018	2º Trimestre de 2017	AH(%)
Crédito por Dano ao Patrimônio de Crédito Administrativo	564.786.800,79	544.023.247,16	3,82
Crédito por Dano ao Patrimônio Apurado em TCE	-	210.685.301,64	(100,00)
Crédito por Dano ao Patrimônio Apurado em Proc. Judicial	485.656,57	227.384,97	113,58
Total	565.272.457,36	754.935.933,77	(25,12)

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Dos Créditos por Dano ao Patrimônio, 99% referem-se aos Créditos por Dano ao Patrimônio de Crédito Administrativo, os quais são compostos, em grande parte, pelos Pagamentos Indevidos de Benefícios – Pós Óbito.

Já a variação negativa de 100%, apresentada entre o 2º Trimestre de 2017 e 2018, proveniente dos Créditos por Dano ao Patrimônio Apurados em TCE é justificada na Nota 02 disposta nas Notas Explicativas de 2017.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

2º Trimestre de 2018

Nota 02 – Ativo Não Circulante

O Ativo Circulante não Circulante é composto pelos Subgrupos Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Ativo não Circulante do 2º Trimestre de 2018 e 2017.

Tabela 11 – Ativo Não Circulante – Composição do INSS.

				R\$
Grupo	Subgrupo	2º Trimestre 2018	2º Trimestre 2017	AH%
	Ativo Realizável a Longo Prazo	29.171.495,71	27.554.783,04	5,87
Ativo Não Circulante	Investimentos	10.934.553,13	10.934.553,13	0,00
	Imobilizado	2.837.501.293,22	2.838.211.634,71	(0,03)
	Intangível	6.550.000,00	0,00	100
Total		2.884.157.342,06	2.876.700.970,88	0,26

Fonte: SIAFI 2017 e 2018.

No Subgrupo Ativo Realizável a Longo Prazo teve acréscimo de 5,87% no segundo trimestre de 2018 em comparação ao mesmo período do ano passado devido registro na conta 12.121.05.12 – Crédito a Receber por Fraudes em Benefícios representando 6,14% do montante total do subgrupo.

No subgrupo Intangível merece destaque o aumento de 100% com relação ao mesmo período de 2017, devido aquisição de software para análise de vulnerabilidade de aplicações com suporte, nesse trimestre de 2018.

Nota 03 – Imobilizado

O Imobilizado é composto pelos Bens Móveis e Imóveis e reconhecidos, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

2º Trimestre de 2018

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

No 2º trimestre de 2018, o INSS apresentou um saldo líquido de R\$ 2,837 bilhões relacionados ao Imobilizado.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Grupo do Imobilizado em 2017 e 2018.

Tabela 12 - Imobilizado

	R\$		
Grupo 12.300.00.00	2º Trimestre de 2018	2º Trimestre de 2017	AH(%)
Bens Móveis			
Valor Bruto Contábil	540.141.179,18	536.149.827,80	0,74
Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(313.814.570,24)	(280.253.282,10)	11,98
Bens Imóveis			
Valor Bruto Contábil	2.611.174.684,28	2.582.315.089,01	1,12
Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-	-
Total Líquido	2.831.912.355,56	2.823.250.580,42	(0,03)

Fonte: Siasf i 2017 e 2018.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do INSS, em junho de 2018, totalizaram R\$ 536 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhados na tabela a seguir.

Tabela 13 - Bens Móveis – Composição

	R\$		
Subgrupo 12.311.00.00	2º Trimestre de 2018	2º Trimestre de 2017	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	45.087.395,68	44.331.699,95	1,70
Bens de Informática	214.081.970,87	214.765.634,46	(0,32)
Móveis e Utensílios	228.960.994,25	223.570.169,41	2,41



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2º Trimestre de 2018

Material Cultural, Educacional e de Comunicação	13.120.450,19	13.346.765,14	(1,70)
Veículos	16.776.038,14	17.657.548,62	(4,99)
Armamentos	7.800,00	7.800,00	0,00
Demais Bens Móveis	22.106.530,05	22.470.210,22	(1,62)
Total	536.835.238,72	516.697.705,58	0,74

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Dos Bens Móveis registrados no INSS, 82% referem-se a Bens de Informática e Móveis e Utensílios, os quais são compostos por Equipamentos de Processamento de Dados e Mobiliários em Geral utilizados para fins administrativos.

Vale destacar que o aumento apresentado na rubrica de móveis e utensílios, ocasionado por novas aquisições, que objetivaram atender as diversas atividades administrativas do Órgão.

Bens Imóveis

Os bens de uso especial do INSS são aqueles destinados a uma finalidade específica, ou seja, bens imóveis de propriedade do Instituto considerados necessários, ainda que, futuramente, e vinculados às suas atividades operacionais.

Os imóveis de uso especial são classificados em operacionais, funcionais e em reserva técnica. Consideram-se operacionais, os imóveis destinados às atividades institucionais do INSS, tais como Agências da Previdência Social, sede das Gerências-Executivas, Superintendências Regionais e Administração Central. Já os Funcionais são imóveis residenciais, localizados no Distrito Federal, destinados à ocupação por servidores, dirigentes do INSS ou do Ministério da Previdência Social (art. 3º da Resolução nº 265/PRES/INSS, de 14 de janeiro de 2013), e aqueles que, por suas características e localização, sejam declarados pelo INSS como relacionados aos seus objetivos institucionais. Por fim, os de reserva técnica são imóveis destinados à ocupação futura por qualquer unidade do Instituto.

Os Bens Imóveis do INSS em junho de 2018 totalizaram R\$ 2,611 bilhões, contabilizados em grande parte no subgrupo 12.321.02.00 - Bens de Uso Especial e não registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET.

A tabela abaixo demonstra a composição dos bens de uso especial, não registrados no SPIUNET de



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2º Trimestre de 2018

2017 e 2018.

Tabela 14 - Bens de Uso Especial não Registrado no SPIUNET – Composição

R\$

Subgrupo 12.321.02.00	2º Trimestre de 2018	2º Trimestre de 2017	AH(%)
Imóveis Residenciais / Comerciais	278.870.954,71	293.993.654,57	(5,14)
Edifícios	2.021.474.276,38	1.937.964.760,38	4,31
Terrenos/Glebas	53.654.146,25	59.856.107,75	(10,36)
Armazéns/Galpões/Silos	10.637.270,12	10.666.944,33	(0,28)
Estacionamentos e Garagens	4.773.482,28	1.142.241,48	317,90
Lojas	26.565.059,65	26.314.390,85	0,95
Salas e Escritórios	22.404.239,59	24.056.180,82	(6,87)
Total	2.418.379.428,98	2.353.994.280,18	2,74

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Depreciação

Todo o procedimento para a evidenciação da depreciação de Bens Móveis do INSS é baseado na Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, Normas Brasileiras de Contabilidades Aplicadas ao Setor Público – NBCASP e MCASP. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI 02.03.30, disponível no sítio da STN.

Nota 04 – Passivo Circulante

No segundo trimestre de 2018, constava no INSS saldo em aberto de R\$ 2.164.438.559,34 (*dois bilhões, cento e sessenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e trinta e quatro centavos*), referentes ao Passivo Circulante. A seguir, apresenta-se a tabela em subgrupo.

Tabela 15 - Passivo Circulante – Composição do INSS

RS



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2º Trimestre de 2018

Grupo	Subgrupo	2º Trimestre de 2018	2º Trimestre de 2017	AH (%)
PASSIVO CIRCULANTE	Obr. Trab, Prev. e Ass a Pag. Cto. Pzo.	1.502.168.548,27	1.399.534.440,85	7,33
	Fornecedores e Contas a Pag. Cto. Pzo.	359.300.736,06	416.447.790,65	(13,72)
	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	797.486,13	315.186,83	153,02
	Demais Obrigações a Curto Prazo	302.171.788,88	326.212.792,27	(7,37)
Total		2.164.438.559,34	2.142.510.210,60	1,02

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017.

O Subgrupo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, no segundo trimestre de 2018, teve redução de 13,72%, com relação ao mesmo período de 2017, devido em grande parte, pelo pagamento da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV, empresa prestadora de serviço de processamentos de dados no âmbito do INSS sendo o contrato centralizado na UG 512006/57202.

O Subgrupo Obrigações Fiscais a Curto Prazo teve aumento de 153%, devido principalmente a restos a pagar processados com o passivo na conta 21.435.14.02 - Taxa pela Prestação de Serviços, emitidos em agosto/2017 na UG 512060/57202, representando 56% do valor do Subgrupo.

A tabela abaixo representa os valores das contas do passivo circulante segregados em Indicador de Superávit Financeiro – ISF, com ISF F (Financeiro) que são as despesas já empenhadas e na maioria das vezes já liquidadas e com ISF P (Permanente) que são os registros do passivo (registro de RPV, Precatório, por insuficiência orçamentária ou despesa de exercício anterior), ou seja, ainda não foi emitida a nota de empenho da despesa.

Tabela 16 - Passivo Circulante – ISF

R\$

Ano	ISF	Valor Total
2º Trimestre 2018	F	1.351.870.970,49
	P	812.567.588,85
2º Trimestre 2017	F	1.456.015.828,19
	P	686.494.382,41

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

2º Trimestre de 2018

Desse grupo, o saldo com ISF F teve redução de 7,15% com relação ao segundo trimestre do ano passado e com ISF P teve aumento de 18,36% com relação ao mesmo período de 2017.

A tabela abaixo representa os valores das contas dos Subgrupos Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, segregados em Indicador de Superávit Financeiro – ISF com ISF ‘F’ (Financeiro), cujas despesas empenhadas e, na maioria das vezes, liquidadas e com ISF ‘P’ (Permanente), que são os registros do passivo (por insuficiência orçamentária ou despesa de exercício anterior), ou seja, ainda não foi emitida a nota de empenho da despesa.

Tabela 17 - Conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

			R\$
Ano	ISF	Valor Total	
2018	F	28.555.433,81	
	P	330.745.302,25	
2017	F	158.865.634,99	
	P	257.582.155,66	

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017.

Dessa forma, houve redução de 82% nos valores com ISF ‘F’ no segundo trimestre com relação ao mesmo período de 2017, e um acréscimo de 28% nos valores com ISF ‘P’, respectivamente.

As tabelas a seguir apresentam os principais fornecedores do Órgão 37202 – Instituto Nacional do Seguro Social no exercício de 2018, segregados em ISF ‘F’ e ‘P’.

Tabela 18 - Fornecedores com ISF 'F'

			R\$
Fornecedores	ISF Lanç.	Saldo Atual	
00360305000104 - Caixa Econômica Federal	F	3.540.432,95	
1077145000153 - Datamétrica Contact Center Ltda.	F	2.789.391,47	
83876003000110 - Banco do Estado de Santa Catarina	F	727.011,43	
13019295000432 - RG Segurança e Vigilância LTDA	F	633.511,91	
07101265000125 - PROTEX Serviços - EIRELI	F	414.665,93	
Total	F	8.105.013,69	

Fonte: SIAFI, 2018.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

2º Trimestre de 2018

Corresponde a fornecedores que passaram da primeira e segunda fase da despesa, ou seja, com emissão de empenho e, na maioria das vezes, já liquidadas, aguardando somente o pagamento da despesa.

O credor Caixa Econômica Federal prestadora de serviços bancários ao INSS representa 12,4% do total dos principais fornecedores a serem pagos no exercício, com saldo na conta 21.311.04.00 - Contas a Pagar Credores Nacionais.

Tabela 19 - Fornecedores com ISF 'P'

Fornecedores	ISF Lançamento	Saldo Atual
42422253000101 – Empr. de Tecn. e Inf. da Prev.Soc. – DATAPREV	P	318.374.830,58
07237373000120 - Banco do Nordeste do Brasil SA	P	2.323.088,57
92702067000196 - Banco do Estado do Rio Grande do Sul SA	P	1.522.124,11
33700394000140 - UNIBANCO-União de Bancos Brasileiros SA	P	1.044.336,32
67668194000179 - CENTURION Segurança e Vigilância LTDA	P	1.034.924,32
Total		324.299.303,90

Fonte: SIAFI, 2018.

Registros efetuados, em atendimento ao regime de competência, na ocorrência do fato gerador sem suporte orçamentário.

O credor Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV, prestadora de serviço de processamento de dados no âmbito do INSS, representa 96% do total dos principais fornecedores com registro de passivo, sem suporte orçamentário, ou seja, despesa a ser empenhada nesse exercício, com saldo na conta 21.311.04.00 - Contas a Pagar Credores Nacionais.

Nota 05 – Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante é composto pelos Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo e Demais Obrigações de Longo Prazo. É mensurado ou avaliado com base no valor original.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

2º Trimestre de 2018

No 2º Trimestre de 2018, o INSS apresentou um saldo de R\$ 49,647 bilhões de Passivo Não Circulante.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Passivo Não Circulante entre o 2º Trimestre de 2017 e 2018.

Tabela 20 - Passivo Não Circulante – Composição

R\$			
Grupo 22.000.00.00	2º Trimestre de 2018	2º Trimestre de 2017	AH(%)
Empréstimo e Financiamentos a Longo Prazo	49.646.673.049,13	46.224.164.859,72	7,40
Demais Obrigações a Longo Prazo	659.874,92	617.107,09	6,93
Total	49.647.332.924,05	46.224.781.966,81	7,40

Fonte: SIAFI, 2017/2018.

De acordo com a tabela acima, 99% do saldo contábil no Grupo Passivo Não Circulante, no 2º Trimestre de 2018, é decorrente do Contrato de Financiamento e Cessão de Créditos em Caução, que entre si celebram a União e o INSS, com a interveniência do Banco do Brasil S.A, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1.751-8 de 20/11/1997, Lei nº 9.639 de 25/05/1998 e Medida Provisória 1.868-18 de 27/08/1999, destinado a financiar o déficit financeiro do INSS.

Pela relevância, a variação apresentada de 9,99% dos Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo em relação ao 2º Trimestre de 2017 e 2018 foi decorrente do reconhecimento da Atualização Monetária (SELIC) prevista no Contrato de Financiamento e Cessão de Créditos em Caução.

Nota 06 – Receita da Folha de Benefícios

A Receita da Folha de Benefícios decorre do processo de reconhecimento do direito do segurado que se finaliza com o pagamento do benefício ao segurado.

Os pagamentos são realizados por meio das Instituições Financeiras – IFs contratadas.

Até o exercício financeiro de 2009 o INSS realizava despesa, em torno de R\$ 250 milhões anuais para disponibilizar aos segurados os pagamentos junto às IFs.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

2º Trimestre de 2018

A partir de janeiro de 2010 o INSS inverteu a ótica e as IFs passaram a remunerar o Órgão por cada benefício pago.

Todo o processo de contratação foi amplamente debatido, por meio de audiências públicas visando melhoria e garantindo a transparência necessária.

Realizou-se então o processo licitatório que culminou com anuência e aprovação do modelo pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Inicialmente o contrato contemplou somente as novas concessões, assim as IFs remuneravam o INSS estritamente no tocante a valores pagos referentes a benefícios de novas concessões, não englobando o estoque de benefícios.

Em 2011, novo contrato foi assinado com as IFs permitindo a cobrança de tarifas também nos pagamentos referentes ao estoque. Desta forma, a receita da folha, passou a contemplar 100% da folha de benefícios administrado pelo INSS.

A receita arrecadada é contabilizada, conforme os códigos de cada leilão: 20002 (2º Leilão 016/2014), 20029 (1º Leilão nº 07/2009) e 20042 (Estoque). Seguem os valores da arrecadação do 2º trimestre de 2018:

Tabela 21 - Receita do Leilão por Código de Recolhimento – 2º Trimestre 2018

	R\$
Código de Recolhimento	Valor
20029-8 – 1º Leilão	55.336.818,93
20042-5 – Estoque	18.248.904,53
20002-6 – 2º Leilão	234.535.252,63
Total	298.873.848,33

Fonte: SIAFI, 2018.

A tabela abaixo demonstra a arrecadação referente à receita do leilão por código de recolhimento dos anos de 2016 ao 2º trimestre de 2018.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2º Trimestre de 2018

Tabela 22 - Receita do Leilão – Por Cód. de Recolhimento – 2016 ao 2º Trimestre de 2018

	R\$		
Código	2016	2017	2º Trimestre de 2018
20029-8 – 1º Leilão	232.731.700,77	229.918.634,37	111.278.981,88
20042-5 – Estoque	72.655.896,05	73.753.383,35	36.641.575,97
20002-6 – 2º Leilão	425.361.795,89	710.204.304,77	459.074.266,57
Total	730.749.392,71	1.013.876.322,49	606.994.824,42

Fonte: SIAFI, 2016, 2017 e 2018.

Balanco Orçamentário

Nota 07 – Restos a Pagar

A execução dos Restos a Pagar Não Processados e Restos a Pagar Processados do INSS no segundo trimestre de 2018 em comparação ao mesmo período de 2017.

Restos a Pagar são despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente distinguindo-se as processadas das não processadas.

Restos a Pagar Não Processados a Liquidar são despesas empenhadas, cujo fornecimento de bens ou prestação de serviços não foi concluído.

Restos a Pagar Não Processados em Liquidação são despesas empenhadas em que o credor forneceu os bens ou prestou o serviço, contudo a entrega do bem ou serviço se encontrem fase de análise e conferência.

Restos a Pagar Processados são despesas empenhadas e liquidadas cujo fornecimento de bens ou prestação de serviços já ocorreu aguardando somente o pagamento.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

2º Trimestre de 2018

A tabela abaixo abrange a inscrição e reinscrição dos valores de Restos a Pagar Não Processados e Restos a Pagar Processados do INSS com execução no exercício financeiro de 2018 em comparação a 2017.

Tabela 23 - Inscrição e Reinscrição de Restos a Pagar

Grupo da despesa	R\$					
	RPNP Inscritos e Reinscritos- 2018	RPNP Inscritos e Reinscritos – 2017	AH(%)	RPP Inscritos e Reinscritos - 2018	RPP Inscritos e Reinscritos - 2017	AH (%)
1- Pessoal e Enc. Sociais	2.106.619,45	66.877.302,80	(97)	73.977.406,31	2.048.674,43	3511
3 - Outras Despesas Correntes	266.539.278,95	301.291.106,68	(12)	1.027.133.585,85	672.177.035,63	53
4 - Investimentos	36.551.637,98	59.880.720,51	(39)	443.681,13	289.806,40	53
Total	305.197.536,38	428.049.129,99	(29)	1.101.554.673,29	675.098.442,81	63

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017.

No montante dos Restos a Pagar Não Processados constam o valor de R\$ 112.010.566,46 (cento e doze milhões, dez mil, quinhentos e sessenta e seis reais e quarenta e seis centavos) inscritos no exercício financeiro de 2017, sendo executado no exercício de 2018 e o valor de R\$ 193.186.969,92 (cento e noventa e três milhões, cento e oitenta e seis mil, novecentos e sessenta e nove reais e noventa e dois centavos) reinscritos, ou seja, inscritos em anos anteriores. Os Restos a Pagar Processados inscritos no exercício financeiro de 2017 no valor de R\$ 1.082.571.440,41 (um bilhão, oitenta e dois milhões, quinhentos e setenta e um mil, quatrocentos e quarenta reais e quarenta e um centavos) será executado no exercício de 2018 e o valor de R\$ 18.983.232,88 (dezoito milhões, novecentos e oitenta e três mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta e oito centavos) correspondem aos Restos a Pagar Processados reinscritos.

A tabela abaixo consta a execução dos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar e em Liquidação, por Grupo de Despesa, no segundo trimestre de 2018 em comparação ao mesmo período do ano passado.

Tabela 24 - Restos a Pagar Não Processados

R\$



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2º Trimestre de 2018

Grupo da despesa	RPNP a Liquidar e em Liquidação – 2º Trimestre 2018	RPNP a Liquidar e em Liquidação - 2º Trimestre 2017	AH (%)	RPNP Pagos - 2º Trimestre 2018	RPNP Pagos - 2º Trimestre 2017	AH (%)
1- Pessoal e Encargos Sociais	2.104.257,08	1.352.448,18	55,58	2.362,37	67.453,77	(96,49)
3 - Outras Despesas Correntes	149.897.561,2	193.597.160,48	(22,57)	69.468.420,72	93.286.992,21	(25,53)
4 - Investimentos	17.823.754,89	23.616.809,29	(24,52)	16.434.171,44	25.017.137,78	(34,30)
Total	169.825.573,17	218.566.417,95	(22,3)	85.904.954,53	118.371.583,76	(27,42)

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Os Restos a Pagar não Processados a Liquidar de 2018 representam o valor de R\$ 169.413.528,09 (*cento e sessenta e nove milhões, quatrocentos e treze mil, quinhentos e vinte e oito reais e nove centavos*) do montante total e o valor dos restos a pagar não processados em liquidação é de R\$ 412.045,08 (*quatrocentos e doze mil quarenta e cinco reais e oito centavos*). A execução dos Restos a Pagar não Processados no segundo trimestre de 2018 foi de 28%, com relação aos valores pagos e os valores inscritos e reinscritos. Informamos que o valor cancelado foi de R\$ 2.090.211,43 (*dois bilhões, noventa milhões, duzentos e onze reais e quarenta e três centavos*).

A tabela abaixo engloba os Restos a Pagar Processados no segundo trimestre de 2018, por Grupo de Despesa, em comparação ao mesmo período do ano passado.

Tabela 25 - Restos a Pagar Processados

R\$

Grupo da despesa	RPP a Pagar - 2º Trimestre 2018	RPP a Pagar - 2º Trimestre 2017	AH (%)	RPP Pagos - 2º Trimestre 2018	RPP Pagos - 2º Trimestre 2017	AH (%)
1- Pessoal e Encargos Sociais	2.319.724,14	1.499.119,54	54,73	71.657.682,17	538.051,04	13,218
3 - Outras Despesas Correntes	18.829.660,28	17.770.241,90	5,96	1.008.282.521,5	654.335.528,41	54
4 - Investimentos	305.100,62	231.650,47	31,7	138.580,51	538.051,04	-74,24
Total	21.454.485,04	19.501.011,91	10	1.080.078.784,18	655.512.408,50	

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2º Trimestre de 2018

A execução dos restos a pagar processados no segundo trimestre de 2018 foi de 98%, com relação aos valores pagos e os valores inscritos e reinscritos. Informamos que o valor de RP Processados Cancelados foi de R\$ 21.404,07 (*vinte e um mil, quatrocentos e quatro reais e sete centavos*).